

A Pesquisa - Ação na Escola do Campo João Da Silva Silveira no Município de Pelotas

Resumo

A presente reflexão decorre de estudos vinculados à pesquisa CAPES/INEP – Observatório da Educação do Campo – PR, SC e RS. A proposta de trabalho tem como foco articular alguns princípios bases para a pesquisa-ação – no contexto da educação pública do campo, salientando a importância do trabalho e da história. O ponto de partida estruturante do texto são alguns lineamentos que servem de suporte ao desenvolvimento dos subprojetos de pesquisa-ação desenvolvidos no contexto da Escola João da Silva Silveira e suas principais ações.

Palavras-chave: A Pesquisa-ação; Educação do Campo; Gestão, Letramento e relação Escola comunidade

Fernando Bilhalva Vitória
Universidade Federal de Pelotas
fbilhalva2@gmail.com

Introdução: ponto de partida

A educação do campo consiste em uma concepção recente na história da educação brasileira, inicialmente articulada sob o marco dos movimentos sociais do campo, que nos últimos vinte anos tem se configurado como política governamental via

programas de educação, primeiro com o PRONERA e recentemente o PRONACAMPO e PRONATEC¹.

Nesta perspectiva, o referencial metodológico da pesquisa constitui-se por meio da metodologia investigação – ação, tendo como foco central a educação oferecida aos sujeitos que vivem e trabalham com a terra, conceituados, de modo geral, de camponeses. Definição nem sempre clara, mesmo a nós, pesquisadores, que identificamos esses sujeitos de forma difusa e até com certa complicação conceitual, como pequeno agricultor, agricultor familiar, trabalhador rural de pequena propriedade, trabalhador rural integrado, assalariado, precário – ou seja, antes de camponês – Trabalhador, especialmente sob a relação posta pela história entre Capital e Trabalho.

É importante observar que a constituinte da Educação do Campo tem como foco central todos os sujeitos elencados acima, não de várias classes, mas de uma classe social congregada pelo trabalho, que tem como objetivo especial à emancipação dos sujeitos, sem perder de vista as relações sociais que transpassam a totalidade material, sob a dinâmica da sociedade de classes, e com a qual convivemos, inclusive dentro de um debate agrário ampliado e específico, como a questão da terra, sua função social e o papel da educação dentro deste contexto.

Nesta dinâmica, o trabalho é central e princípio estruturante na compreensão dos sujeitos no campo da educação; se quisermos estabelecer uma leitura alargada dos processos da educação objetiva, como no caso da escola em questão. Ou seja, o trabalho como pressuposto transpassa a pesquisa em gestão da escola, na alfabetização e letramento e na relação escola comunidade, de forma a permitir ao pesquisador uma visão criteriosa das múltiplas relações sociais subjacentes – na medida em que compreende a importância do trabalho como um mapa no diagnóstico e prognóstico do

¹ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Ver: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera>. O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), lançado em Março de 2012 pelo governo Federal via o ministério da educação, vai oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo. Ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17608 – Acessados em 10/04/2014.

espaço geográfico humano², sob a dialética de uma leitura crítica, mas também engajada para com a realidade, a história, e com a mudança de postura frente às contradições sociais e civilizatórias, na constituição de uma maior coerência entre o pensar e o fazer educativo na sua totalidade.

Nesta visão a metodologia pesquisa – ação permite à pesquisa um caráter prático e efetivo, no qual se estima a construção e efetivação de um projeto em conjunto, entre professores e pesquisadores, escola e universidade, e do papel político da educação, especialmente dentro de uma sociedade dividida, sob o corte da luta de classes.

Por estes motivos, parte-se da realidade objetiva da escola do campo, bem com das especificidades da realidade da escola em questão no que tange a gestão, ensino e a relação escola – comunidade, na compreensão do contexto que demarca a educação da escola João da Silva Silveira – no interior da cidade de Pelotas - e da preocupante realidade das escolas localizadas no campo na contemporaneidade, as quais tem reiteradamente apresentado baixo índice³ quanto à avaliação do desempenho escolar e do estigma de uma educação precária a sujeitos sem futuro, especialmente dos trabalhadores do campo.

Dentro deste pressuposto, o texto se organizará pelo seguinte roteiro: primeiramente pela história da Escola Municipal João da Silva Silveira, segundo, pela reflexão do que é estruturante na pesquisa e suas principais ações no contexto e, por fim, as considerações.

1. A história necessária

O real é histórico, e sem ele, não se tem elementos materiais de compreensão da realidade como um processo histórico, ou seja, sem história as coisas ficam sem chão,

² Sobre este campo de estudo Ver: Max Sore. Geografia Humana (Introdução) in: www.uff.br/geographia/ojs/index.php/.../article/.../130 - Acessado em 10/04/2014. Há outros autores renomados neste campo como: Josué de Castro, Milton Santos e David Harvey.

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino no Brasil. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em taxas de aprovação. (Fonte: www.portal.inep.gov.br) - acessado em 01/03/2013.

descoladas, como se dadas por natureza, sem origem material e “supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1994, p. 939). Coisa que nem no mundo natural é possível.

Sob esta ótica, faz-se necessário lembrar que a história da educação brasileira tem sido marcada por uma dicotomia histórica entre um saber das elites, proprietários de terra, e um saber de adestramento para os trabalhadores, principalmente pelas suas matrizes de civilização organizada sob o prisma da colônia europeia, a partir do século XV. Ou seja, a educação no Brasil assenta-se sobre bases de um processo discriminatório entre as elites econômicas, detentoras do poder econômico-político e cultural, e os seus subordinados, processando-se assim a cisão, pela divisão social do trabalho, entre saber teórico e o saber prático – mais precisamente uma relação histórica entre “*Capital e Trabalho*”.

A partir desse lineamento fica mais claro falar da escola e de seu contexto. A Escola Municipal de Ensino Fundamental João da Silva Silveira situa-se a vinte e um quilômetros da sede do município, no interior da cidade de Pelotas - RS. Numa região destinada à agricultura familiar na sua origem, em terras de sesmarias no processo de ocupação portuguesa. Estima-se que a localidade, no passado, já havia sido habitada por grupos indígenas charruas e minuanos.

Por volta de 1910, começou a exploração das pedreiras locais por uma Cia Francesa, que extraía a pedra e remetia para a construção dos molhes na cidade de Rio Grande – RS. Atividade que cessou por ocasião da 1ª guerra mundial, quando os franceses cessaram as atividade.

Na década de 1940, teve um nascente crescimento populacional, com a chegada do batalhão na exploração mineral de granito, para a construção da via férrea entre Pelotas e Santa Maria, dando origem as pedreiras, e conseqüentemente na aglomeração de trabalhadores como força de trabalho na exploração do minério.

É neste período, fruto da *Era Vargas*⁴, que o ideário da industrialização se acampou no Brasil. Um exemplo desta possibilidade foi a construção sistemática das estradas de

⁴ Nomenclatura dada aos sucessíveis anos de governo do Presidente da República Getúlio Vargas, entre

ferro, na perspectiva de ligar os centros metropolitanos e escoar os produtos primários do interior. Conforme o projeto político da escola de 1993.

Outras empresas vieram se instalar no Monte Bonito para realizar a exploração de granito nas pedreiras e, a cada nova companhia que se instalava, ampliava-se o número de moradores na região.

Neste sentido, a criação das pedreiras neste local, e em muitas outras cidades brasileiras, articulava-se de forma estratégica para nova lógica econômica do Brasil. Inclusive a linha férrea, construída neste período pelos militares, cruzava dentro a antiga pedreira, hoje ocupada em suas margens por um número expressivo de sujeitos, sendo parte deles, herdeiros deste processo histórico.

É dentro desta circunstancia material, que surge a escolarização e a fundação da escola. Não simplesmente como uma demanda, mas como uma política atrelada ao novo modo de produzir em expansão no Brasil, a partir dos anos 1930.

Na década de 1980, cessaram-se as atividades de exploração do minério, levando a uma progressiva ocupação irregular e sem estrutura adequada, por parte de muitos dos trabalhadores dispensados, e outros sujeitos. Hoje, o local se mescla com características urbanas⁵, dentro de um espaço timidamente rural. Inclusive, observam-se características de periferia urbana, e progressivo empobrecimento dos sujeitos. Segundo o Projeto Político Pedagógico (1992, p.2).

As atividades nas pedreiras cessaram na década de 80, causando desemprego para muitas famílias que dependiam desta atividade para sobreviver. Este e outros fatores, como o empobrecimento da população em nível nacional, contribuíram para que a comunidade, hoje, apresente os seguintes aspectos:

- Lugar densamente povoado e sem infraestrutura básica (saneamento, arruamento);
- Principais atividades econômicas da população: safristas (pessoas que trabalham na indústria ou nas lavouras em safra de algum produto), operários que se deslocam para o trabalho na cidade, funcionários públicos, trabalhadores informais (em olaria, matos, construção civil), pequenos agricultores, feirantes e pequenos comerciantes, sendo a renda média de um salário mínimo por família;

1930 até 1945.

⁵ Sobre a questão da definição oficial de espaço urbano e rural. Ver. MARQUES, Marta Inez Medeiros. O Conceito de Espaço Rural em Questão. In: Terra Livre. São Paulo. Ano. 18, n.19. 2002, p. 95-112.

- Um grande número de famílias desempregadas, cuja situação se reflete diretamente no comportamento social das crianças e jovens;
- As formas de lazer mais freqüentes são os bailes, o futebol e as festas promovidas pelas escolas e comunidades religiosas. As famílias com melhores condições econômicas vão buscar lazer na sede do município, pois na localidade não existem muitas opções;
- A escola, em suas diferentes atividades acaba proporcionando momentos de lazer e cultura, além de educação. No entanto, a grande maioria não tem hábito de leitura e estudo;
- A situação de carência econômica e a falta de uma ocupação produtiva de muitos, leva principalmente os jovens, a conviverem com a violência e os vícios.

Quanto ao aspecto da relação urbano/rural, diríamos que possui um duplo caráter em sua identidade e função social. Em termos físicos, a escola se situa num espaço rural, em termos sociais se apresenta com características urbanas, não permitindo uma identificação clara; tanto subjetivos, quanto intersubjetivos. Compreender este contexto e promover ações que contemple ambas as realidades respeitando as características e unindo conhecimentos demanda um desafio na formação do espaço educativo local:

Segundo Sposito (2010), *A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade*, a idéia é focar as relações que se estabelecem entre cidade e campo e entre o urbano e o rural a partir da urbanização e dos espaços urbanos. Para a autora, não basta elucidar as diferenças existentes entre esses dois espaços, seu estudo requer a compreensão das relações e complementaridades que se estabelecem. Certos atributos, como concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial sempre estiveram relacionados às cidades e permanecem como marcas das cidades, embora com suas peculiaridades, de acordo com os diferentes modos de produção e em diversas formações sócio-espaciais. Propõe abordar a questão cidade-campo a partir das discontinuidades territoriais. Reconhece a existência de um contínuo cidade/campo, de áreas de transição e contato entre esses espaços, que compartilham usos do solo, práticas sócio-espaciais e interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano. Portanto,

Parece-nos promissora a observação de novas práticas sócio-espaciais, de novas formas de *habitat* e de interação social, de novos conteúdos culturais que diferentes sujeitos sociais atribuem aos espaços em que vivem, independentemente de suas qualificações, como urbanos ou

rurais, segundo os critérios que vínhamos adotando para essa adjetivação (SPOSITO, 2010, p. 129)⁶.

Neste sentido, a problemática da relação urbana rural, não se limita tanto as qualificações objetivas que determinam estes espaços, mas as relações de novas interações sociais e do sentido que os sujeitos atribuem para os espaços, tanto na forma de produção, como os espaços em que vivem da descontinuidade e continuidade territorial.

As conseqüências desta realidade, também descrita no PPP da escola, abrem espaço para muitas questões postas para escola, como o comportamento agressivo de muitos estudantes, o baixo desempenho escolar, a falta de sentido entre o que se ensina na escola e a vida objetiva dos sujeitos, situações que envolvem a saúde dos estudantes, o cuidado com os espaços da escola, bem como da importância das famílias na participação dos processos de alfabetização e letramento dos filhos.

Porém, o Projeto Político Pedagógico da escola já tem mais de vinte anos. Neste período, não fora mais revisto ou reestruturado para as demandas e exigências do tempo, e das mudanças estruturais do contexto local. A pesquisa-ação, no contexto da escola, tem feito emergir de forma sistemática um debate fecundo, tanto da desconformidade com do contexto local, quanto ao foco deste documento, como chave no processo da escola e da escolarização.

A partir deste ponto, irá tratar-se dos eixos estruturantes da pesquisa-ação.

2. O ponto estruturante da pesquisa-ação: os eixos da pesquisa

O ponto de partida define-se a partir das necessidades objetivas da escola e não da idéia do que a escola precisa. Sob este pressuposto, formulou-se o tema central dos subprojetos de pesquisa, o qual se localiza na gestão da escola, nos processos de ensino aprendizagem e da relação escola comunidade, especialmente das famílias na educação da escola. Ou seja, compreender como a prática da escola concretiza seu objetivo, avaliação, métodos, conteúdos e cultura escolar, esta última entendida como conjunto de

⁶ Consultar coletânea *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*, organizada por Sposito & Whitacker (2010).

valores que orientam a prática dos sujeitos que atuam na escola na participação de todos em todos os espaços.

A pesquisa tem tencionado em pensar a escola, quais os principais problemas na organização do trabalho pedagógico e cultura escolar que interferem negativamente e também positivamente no processo da organização, ensino e aprendizagem e participação da comunidade.

Neste sentido, a pesquisa vem se desenvolvendo com elementos de ordem externa à escola, como por exemplo, a pouca participação da família no processo de aprendizado dos alunos, mas também de ordem interna, como a gestão da escola e a educação objetiva nas séries iniciais, no que tange ao ensino.

Neste ponto, a intenção é apresentar e estabelecer uma relação entre os três subprojetos de pesquisa como eixos estruturantes, na compreensão da pesquisa-ação na Escola João da Silva Silveira, tencionando na direção de um mapa da pesquisa, e suas principais intervenções objetivas, no que tange o desenvolvimento metodológico e suas ações fundamentais, as quais serão apresentadas separadamente em suas especificidades.

Antes de tudo, salienta-se que a continuidade do processo de pesquisa na escola João da Silva Silveira ao longo do ano de 2012, enfrentou certas dificuldades, fruto do período de greve dos professores e funcionários, entre março e maio, na luta por melhores condições de trabalho dos profissionais da educação. Este movimento fora uma decisão coletiva, na busca e consolidação de direitos inalienáveis, como o piso nacional dos professores e qualidade da educação.

No retorno das atividades escolares, foi necessário readequar o calendário, alterando também todo o processo organizativo do núcleo do Observatório para as atividades programadas de estudo e intervenção para o ano de 2013-2014.

Neste contexto, os eixos se reorganizaram dentro da seguinte dinâmica: participação na reunião de início do ano letivo e do planejamento do ano. Após este período, distribuição de instrumento de pesquisa, reunião com pais, saída de campo com visitas e entrevistas com as famílias dos sujeitos elencados na pesquisa de alfabetização e

letramento, na compreensão da comunidade, observação em sala de aula, participação em atividades da escola. Também se deu início à análise do acervo da biblioteca, discussão com professores dos instrumentos de pesquisa e continuidade dos subprojetos na escola e dos principais problemas descobertos pela pesquisa, que resultaram com o início da reestruturação da biblioteca.

Este movimento implicou em certo atraso técnico da pesquisa, mas viabilizou a valorização do coletivo de alunos e professores como instância decisória que se apropria da escola de forma crítica, se estendendo ao interior da ação pedagógica, rompendo com as formas autoritárias de apropriação-objetivação do saber (FREITAS, 1995. p.108).

Dentro deste processo, tem se articulado a possibilidade de uma reflexão crítica da escola sobre os principais problemas na organização do trabalho pedagógico e cultura escolar, que interferem negativamente e também positivamente no processo ensino aprendizagem. Ainda, se a escola está servindo como modelo de reprodução da sociedade capitalista ou faz um movimento contrário a este.

Segundo Freitas, o trabalho pedagógico é organizado em dois níveis: a) o trabalho desenvolvido em sala de aula e b) a organização global do trabalho, enquanto projeto político pedagógico da escola. Nesta visão mais ampla Freitas propõe examinar as seguintes categorias: os objetivos gerais / avaliação da escola (enquanto função social); e o conteúdo / forma geral do trabalho pedagógico da escola e a gestão, afirmando que estas categorias modulam categorias mais específicas, no interior da sala de aula, tais como: objetivo / avaliação de ensino, conteúdo / método de ensino (FREITAS, 1994, p.90).

2.1 Da gestão

Após a retomada do ano letivo, deu-se início aos trabalhos de coleta e análise dos dados junto aos professores quanto à gestão da escola, participação, dificuldades, sugestões que nos levaram a algumas indicações e críticas de melhorias, especialmente no que tange a escola e seus sujeitos.

Segundo os professores a escola possui característica de periferia de cidade, com sujeitos de baixa renda, sem estrutura familiar adequada, problemas de saúde, déficit de

atenção e carência afetiva. Reconhecem que a escola mudou, cresceu e se aprimorou em recursos tecnológicos, mas os problemas postos pela sociedade permeiam as relações da comunidade, refletindo na escola e na forma como os sujeitos vivenciam o espaço escolar, como por exemplo, a competição, o conformismo, e até certo descaso com a educação e a coisa pública.

Em vista disto, torna-se importante analisar como a escola se organiza quanto às propostas de atendimento aos sujeitos da totalidade escolar, que passa diretamente pelo tipo de gestão escolar e como vai conduzir as ações necessárias para o desenvolvimento deste processo.

No entendimento dos professores, a gestão democrática é aquela que é aberta ao diálogo com toda coletividade e orienta por meio do Projeto Político Pedagógico, ouvindo, atendendo, buscando soluções para os problemas *para e com* as pessoas.

Entende-se que a escola possui este perfil de gestão, pois realiza ações que permitem a participação de todos com opiniões, sugestões, críticas, reflexões sobre as questões específicas da escola, partindo então deste processo para o planejamento diário e anual que são indispensáveis para o bom andamento do trabalho.

A segunda questão, em torno da pesquisa-ação no contexto da escola, a partir do trabalho com professores e funcionários, fora da otimização, frente aos diferentes espaços e recursos utilizados na prática da educação na escola, como a biblioteca, o refeitório, palco de apresentações e quadra negro, no sentido de um levantamento da realidade e ações que venham resignificar os espaços e o material da escola.

Mesmo tencionando numa caminhada em busca de qualificação da escola, ainda são muitas as dificuldades enfrentadas pela direção e pelos professores no desempenho de suas funções, pois está ligada diretamente ao comportamento dos sujeitos, sejam professores, estudantes e também em termos de políticas de educação na escola.

Algumas dificuldades estão relacionadas aos sujeitos, seja por parte dos professores que não compreendem o seu papel frente à escola e a realidade objetiva, seja por parte dos estudantes, na desconcentração, desinteresse, falta de disciplina e entrosamento, que obriga a refazer com frequência algumas estratégias nos objetivos da

educação oferecidas, mas também da pouca participação da família, ou dificuldade, por parte dos pais, fruto do analfabetismo. Outra implicação está relacionada às políticas públicas postas para escola. Um exemplo disso é a inclusão de sujeitos com necessidade especiais, em turmas regulares, sem nenhum preparo dos profissionais de educação, das condições físicas e também do atendimento, sejam em termos psicológicos, terapêuticos, e de espaços objetivos para os sujeitos envolvidos.

Este conjunto de implicações reflete de forma crucial na organização da escola e seus objetivos: seja no campo da indisciplina dos estudantes, dos equívocos na compreensão de espaço público, da pobreza e analfabetismo dos pais, da depredação do patrimônio público, ou da dispersão do grupo de professores.

A tendência nesta direção tem gerado muitos conflitos e contradições da gestão e do trabalho pedagógico na escola, especialmente do funcionamento autônomo e individual dos grupos mediante as regras da escola, como o descumprimento de horários por parte de alunos funcionários e professores.

Para dar conta deste conjunto de problemas e tendência no agir da escola, o projeto Mãos Dadas, tem sido um exemplo de valorização do espaço escolar, como de aprendizagem e resgate do papel com os alunos e famílias envolvidas. Este projeto tem proporcionado reuniões por turnos mais freqüentes para planejamento, estudo, troca de experiências e crescimento pedagógico, bem como mais encontros com as famílias com finalidade de avançar na participação e envolvimento de todos nos processos da escola.

A escola teve um ganho com a sala de recursos, pois é visível o avanço no cognitivo e afetivo, alunos sendo alfabetizados e entrando no mundo da escrita e leitura (autoestima elevada) de forma bem sucedida.

Em termos gerais a escola proporciona uma estrutura básica necessária para a prática diferenciada, mas a criatividade e o envolvimento do professor em fazer, é o que faz a ação acontecer na prática, no processo de ensino e aprendizagem.

Outra questão, é que a escola vem construindo um sistema de avaliação mais coerente e articulado, por dentro de critérios equitativos que são um desafio no campo da avaliação. O empenho nesta direção alinha-se em oferecer a comunidade uma

educação de qualidade, não como paternalismo, mas como um direito assumido por todos. Segundo o Projeto Político Pedagógico (1992),

Nossa proposta pedagógica baseia-se no desafio de oferecer uma escola pública de qualidade, onde todos tenham a oportunidade de aprender, constituindo-se num direito da cidadania, sendo então grande o compromisso assumido por todos: direção, professores, funcionários, pais e alunos.

Frente a esta exigência e demandas, algumas ações neste sentido estão sendo feitas através do *Programa Mais Educação*, pois ao ficarem mais tempo na escola foi necessária uma organização de tempo e atividades da escola, onde os alunos estão aprendendo a organizar o seu próprio tempo, dentro das atividades e projetos oferecidos, como: banda, técnicas em artes plásticas, dança, música, estudos de recuperação (atendimento especializado), projeto Código da Paz, Mãos Dadas. O conjunto dessas atividades tem permitido um novo olhar e comportamento, por parte dos diferentes sujeitos que compõe a escola em sua totalidade.

Outra evidência deste movimento pode estar na participação das famílias, na vida escolar dos filhos, tencionando a gestão na criação de estratégias para maior efetividade da comunidade, nas questões de aprendizagem dos alunos.

A integração da comunidade com a escola tem sido objeto de preocupação de várias pesquisas. Importa aqui destacar resumidamente apenas duas de suas dimensões: a primeira, mais lembrada nos estudos sobre democratização da gestão da escola, diz respeito à participação dos representantes da comunidade nos mecanismos de participação coletiva na escola; a segunda, menos enfatizada nesses mesmos estudos, refere-se à participação direta, presencial, dos pais ou responsáveis e demais usuários efetivos ou potenciais na vida da própria escola (PARO, 2001, p. 8)

Nesta perspectiva, reforça-se a potencialidade da gestão democrática da escola, que vai muito além da participação da comunidade no campo da alfabetização e letramento dos estudantes, incluindo a participação nos organismos de participação coletiva da escola, e também a participação efetiva, direta e presencial, na sua vida.

A partir deste ponto, passamos para a explanação dos demais eixos, que tange a alfabetização e letramento e, por fim, a relação escola comunidade.

2.2 Da alfabetização e letramento

O segundo eixo da pesquisa desenvolve-se no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais quanto ao ensino e a aprendizagem. Dentre os objetivos está perceber como se dá a aquisição das habilidades de escrita e leitura. Considera-se a escrita um produto da cultura em que o indivíduo está inserido. Com isso, de 2012 até o momento, a pesquisa-ação tem se intensificado no contato com a rotina escolar e com as atividades em sala de aula, a fim de tomar conhecimento das fragilidades existentes, as quais podem contribuir para as dificuldades de aprendizagem dos estudantes da turma analisada.

Como já exposto anteriormente, em 2012 à escola participou da greve dos professores e funcionários do município de Pelotas – RS, o que resultou na alteração do calendário escolar e, conseqüentemente, na mudança de nosso planejamento de atividades elaborado pelo grupo inicialmente.

Desse modo, após o período de greve, a primeira atividade de intervenção na escola, objetivando os subprojetos de pesquisa, foi à participação em uma reunião com os pais / responsáveis dos alunos da turma pesquisada, a fim de evidenciar o trabalho do Observatório na escola. Nesta reunião, retomou-se o tema dos três subprojetos, explicando a dinâmica das visitas à escola e os objetivos da pesquisa. Percebeu-se que houve boa receptividade dos pais / responsáveis, participando efetivamente da reunião e contribuindo com propostas e dúvidas. No entanto, existiu um baixo número de presentes na reunião, comprovando a pouca participação dos pais em geral, no que tange as questões voltadas para o ensino dos alunos.

Especificamente, quanto ao subprojeto intitulado “*Dificuldades de aprendizagem na alfabetização e letramento*”, desde o ano passado vem sendo realizadas observações em sala de aula e também atividades envolvendo a turma pesquisada. Nessas observações, percebeu-se que tanto a professora do ano anterior como a atual, possuem

um bom relacionamento com os alunos, o que permite maior participação dos estudantes nas atividades propostas.

A respeito da aprendizagem das crianças, Magda Soares salienta a diferença entre letramento e alfabetização nesse processo:

Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, criança de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada. Esses exemplos evidenciam a existência deste fenômeno a que temos chamado letramento e sua diferença deste outro fenômeno a que chamamos de alfabetização, e apontam a importância e necessidade de se partir, nos processos educativos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita voltados seja para as crianças, seja para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferenças e relações (SOARES, 1999, p. 24 - 25).

Como pontos específicos de observação, procurou-se verificar aspectos, como o número de alunos; o posicionamento das classes em sala de aula; a relação entre professora e alunos; o método de ensino e material didático utilizado pela professora em sala de aula; a recepção dos alunos ao método de ensino e ao material didático utilizado; a bibliografia empregada pela professora; as atividades propostas pela professora; o trabalho com a oralidade e com a leitura; a teoria e teóricos em que a professora se baseia; as possíveis dificuldades dos alunos na aprendizagem.

Com as observações em sala de aula foi possível identificar que os alunos que apresentam menor desempenho são dispersivos e apáticos, demonstram cansaço e dificuldade em se concentrar para realizar as tarefas, desviando a atenção e com pouca progressão na aquisição da leitura e da escrita, além de insegurança nas demais habilidades apresentadas.

Apesar destes fatores, demonstram reconhecer hábitos de vida saudáveis, alguns possuem bom domínio corporal nas aulas de educação física, desenham, pintam, recortam; demonstrando facilidade, e condições de melhorar seu rendimento escolar, porém alguns deles foram encaminhados às aulas de apoio, onde se possibilitou uma melhora no desenvolvimento do ensino aprendizagem desses sujeitos. Todavia, tem se

identificado que o processo de uma escola democrática é muito mais que instrumentos, ou espaços apropriados de educação, ela envolve a compreensão da totalidade dos sujeitos que são seres sociais, econômicos, históricos e culturais.

Após as observações realizadas foram colocadas para a professora da turma todos os pontos verificados, a fim de que a análise dos dados se desse em conjunto. Nesse sentido é que se dá uma das principais características da presente pesquisa: a intervenção-ação, ou seja, a intervenção diretamente ligada à prática escolar e realizada junto ao corpo docente da escola. Acredita-se que é apenas desta maneira que será alcançado o objetivo maior deste subprojeto, que é reverter o quadro de dificuldades no processo de alfabetização e letramento.

Outro ponto destacável deste subprojeto está no trabalho de incentivo e exercício da leitura e revitalização da biblioteca da escola. Assim, procurou-se realizar um levantamento do acervo da escola. Constatou-se um grande número de livros danificados e outros extremamente novos, providos pelo MEC, sem uso, no interior de caixas e em cima de prateleiras. Tal constatação preocupou-nos, além disso, a biblioteca da escola não é utilizada como espaço de leitura e conhecimento, seu uso, muitas vezes, fica restrito a exibição de DVD para os alunos, ou, até mesmo, ao depósito de materiais diversos.

Com isso, inseriu-se ao subprojeto a reativação da biblioteca da escola João da Silva Silveira, com uma demanda importante e de caráter emergencial. Assim, no final do ano de 2013, foi realizado na escola, sob a coordenação de professores e contando com o auxílio dos alunos um trabalho em conjunto, a fim de revigorar a biblioteca. Este ano já realizamos modificações quanto à distribuição de móveis, já houve também, a retirada do aparelho de TV e DVD, visando o uso da biblioteca para a leitura, no sentido de ressignificar a função social deste espaço no âmbito da escola pública que no momento encontra-se em fase de conclusão.

Com isto, o subprojeto *“Dificuldades de aprendizagem na alfabetização e no letramento”* visa, por meio de práticas efetivas na escola, especificamente na turma de terceiro ano das séries iniciais, além de incentivar a leitura e a escrita nos alunos,

proporcionar o gosto pela leitura e escrita, exercitando o senso crítico e criativo dos estudantes. Também se procurou provocar uma reavaliação dos métodos de alfabetização, por parte da professora, como também uma maior compreensão do que é e como se dá o letramento nos estudantes. Buscou-se, ainda, sistematizar, junto com os professores, uma nova compreensão do que seja alfabetização e letramento e de possibilidades da realização de exercício dos mesmos, em vista da qualificação da educação.

2.3 Da relação escola comunidade

O terceiro eixo da pesquisa organiza-se na compreensão do processo da *Relação Escola Comunidade*, por meio do subprojeto, *A Realidade dos estudantes: o contexto familiar nas dificuldades de aprendizagem*.

Primeiramente, a pesquisa envolveu-se em um levantamento teórico, através de leituras e obras que abordavam o tema de maneira específica, a fim de obter o devido embasamento teórico e bibliográfico. Desta forma, pensando no contexto familiar, as condições socioeconômicas de um indivíduo podem alterar a qualidade e desenvolvimento da educação desse sujeito, levando-o muitas vezes à evasão escolar, de acordo com Oliveira e Montenegro, em *Panorama da Educação do campo*,

A reflexão sobre o acesso e a qualidade da oferta da educação do campo brasileiro, a partir da análise dos dados divulgados pelo censo escolar (barra) INEP 2006, tem nas desigualdades sociais um problema evidente. A caracterização e a compreensão dessas desigualdades são essenciais para desencadear ações capazes de mudanças na realidade educacional brasileira e, especificamente, na educação do campo (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2010, p. 47).

Há algum tempo atrás a educação era desenvolvida com um viés idealista, não permitindo assim que se conhecesse a realidade, neste sentido Vasconcellos fala que

Ao que parece desejava-se deixar a escola fora desse contexto, como se fosse instância pura formadora do homem, fora dos conflitos, fora das determinações e, conseqüentemente, fora da história. Com o advento da escola nova, houve um avanço em termos de preocupação com a

realidade, mas que acabou ficando limitado ao conhecimento da dimensão psicológica do aluno (...) (VASCONCELOS, 2006 p. 104).

As dificuldades no processo de ensino e aprendizagem podem não ter uma causa única, elas podem ser determinadas por vários fatores, e é deste pressuposto que partimos para realizar a pesquisa, buscando encontrar possíveis respostas para o que vem causando as dificuldades de aprendizagem dos alunos desta escola. As dificuldades muitas vezes podem estar relacionadas com problemas familiares, condições socioeconômicas e culturais, “dislexia”⁷, entre outros fatores. Na maioria das vezes é o professor quem identifica que os alunos estão enfrentando dificuldades, pois ele é o primeiro a perceber seu desenvolvimento escolar, sua autoestima e seu humor perante as atividades, a motivação e incômodo com as tarefas; essas crianças podem se autodeterminar incapazes de realizar aquela tarefa, a falta de estímulo muitas vezes contribui para isto, levando o aluno a frustrar-se.

Levando em consideração que cada pessoa tem um desenvolvimento próprio, no seu tempo, a família tem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois é ela quem deve proporcionar bases para que o aluno tenha um melhor desempenho, tais como⁸: fazer o dever de casa, determinando horários para que isto aconteça; auxiliar nas atividades; acompanhar o desempenho do aluno procurando a escola e a professora; valorizar o que a criança sabe fazer, para que ele tenha autoestima, e possa por vontade própria melhorar nas atividades que não sabe fazer.

Segundo Miguel e Braga,

a aprendizagem é um processo individual, porque cada um tem um jeito de apropriar-se do conhecimento, o que acontece desde o nascimento e se estende por toda a vida. A aprendizagem envolve pensamento, afeto, linguagem e ação. Esses processos precisam estar em harmonia para que o sucesso seja obtido, e a família tem papel essencial e indispensável nesse processo (MIGUEL; BRAGA, s/d, p. 7).

⁷ É um transtorno que se caracteriza pela dificuldade de decodificar símbolos, ler, escrever, etc. (mais informações em: <http://www.brasilecola.com/saude/dislexia.htm>).

⁸ Essas considerações partiram de conversas na escola com professores, e com os pais dos alunos da turma pesquisada.

O papel da família se revelou importante no processo da pesquisa, especialmente durante a aplicação dos instrumentos e busca dos dados por meio de entrevistas em 2012. Das famílias selecionadas para o entendimento de fatores externos no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, identificou-se que boa parte dos pais dos sujeitos em questão é analfabeta. Portanto, frente à literatura e a prática efetivamente desenvolvida pela escola, e a que necessita ser desenvolvida, surge uma contradição objetiva entre o aconselhável e a realidade mesma, marcada pela história e também pela continuidade do analfabetismo para as camadas populares do campo, mesmo com as ditas políticas públicas que estão sendo articuladas hoje para o campo. Nesse subprojeto, como se vê, os desafios se apresentam como sendo grandes. Apesar dos esforços realizados pela escola, o trabalho em andamento indica que, nessa relação, há muito avanços urgentes a serem concretizados.

Considerações finais

Pode-se, a partir do escrito, sintetizar que a pesquisa inicialmente foi marcado pelas observações em sala de aula, a fim de compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem dos alunos no ambiente escolar. Juntamente com isso, realizaram-se visitas às casas das famílias de alunos que apresentavam maior e menor desenvolvimento, junto a essas visitas realizaram-se entrevistas com os pais ou responsáveis pelos alunos, no sentido de compreender a relação da família, no desempenho dos estudantes focados pela pesquisa e as condições socioeconômicas e culturais das mesmas. Ainda, foi realizado pelo grupo uma “Saída de Campo” para conhecimento do entorno da escola e da realidade em que vivem os alunos.

O estudo e trabalho que o núcleo da escola vem realizando indica que pensar a educação, pela dinâmica de uma sociedade capitalista, remete a utilização dos espaços educacionais para manutenção da lógica do capital, tratada como mercadoria que oferece seus serviços a uma classe dominante. Os processos de ensino e aprendizagem refletem a segregação da cultura e do conhecimento, falta de condições mínimas de trabalho do professor que vende sua força de trabalho por pouco e sem espaços ou tempos para refletir sobre sua prática.

Neste contexto, o cerne da pesquisa-ação é interferir e comungar com a escola, tencionando e especialmente contribuindo com a escola, no ver e rever o papel da escola pública na educação dos filhos da classe trabalhadora. Isso, a partir de uma visão mais ampliada da realidade, na articulação das partes como um todo estruturado, mesmo se estabelecendo tecnicamente por meio de eixos, que aqui não são partes isoladas, mas estruturantes na compreensão da escola, do ensino e da comunidade, como papel crucial na possibilidade do reinventar a educação pública do Estado, que não é tranquila, mas que está em disputa dia após dia.

Portanto, o projeto de pesquisa, via o Observatório da Educação, do campo, na escola, tem se esforçado na direção da abertura de caminhos para um processo de discussão, análise e demanda *para e com* a realidade escolar, articulando ações que busquem adequar o ensino e estabelecer novas relações sociais e educacionais para o contexto da escola pública no campo na Região Sul do Brasil.

Referencias

CARDOSO, Daniela Rodrigues. ***Dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar: o que dizem as professoras de 1º a 4º série de uma escola pública municipal de Pelotas. Monografia de Conclusão de curso. Pelotas, UFPEL, 2009.***

Escola João da Silva Silveira. **Projeto Político Pedagógico**, Pelotas, 1992.

FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, 1994.

FREITAS, Luis Carlos. **A crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 1995.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão** In: Terra Livre. São Paulo. Ano. 18, n.19. 2002, p. 95-112.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1994

MIGUEL, Lucia Oliveira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maio. **A importância da família no processo de aprendizagem, visando ao sucesso escolar.** s/d (disponível em:

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2272-8.pdf – Acessado em 09/03/2013.

OLIVEIRA, Liliâne Lúcia Nunes de Aranha; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. **Panorama da educação do campo**. In MUNARIM; BELTRAME; CONDE; PEIXER (orgs). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática** (disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-2780-Int.pdf>) – Acessado em 09/03/2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2010.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento - Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2006. www.mda.gov.br/portal/noticias